



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0000191-06.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cheque**
 Requerente: **Jessica Valeiro Moraes**
 Requerido: **ULISSES VAGNER ALBARICE**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Dispensado o relatório. Decido.

Trata-se de ação em que a autora pede a condenação do réu ao pagamento da dívida corporificada no cheque de folha 2, atualizada, sustentando que o débito tem origem em um empréstimo feito ao réu, que foi sócio do pai da autora em uma madeireira.

Em contestação, sustentou o réu, primeiramente, a necessidade de realização de prova pericial para apurar a aparente adulteração no que tange ao ano de emissão do cheque, que teria sido dolosamente alterado de 2012 para 2013, de modo que o processo deve ser extinto ante a incompetência do juizado especial.

Quanto ao mérito, alegou que jamais emprestou qualquer dinheiro da autora, e que em realidade esse cheque deve ter sido apropriado pelo pai da autora, no interior da madeireira, assinado em branco e posteriormente preenchido pelo mesmo.

Ultimada a instrução, deve ser acolhido o pedido.

Cumprido frisar, de início, a desnecessidade da prova pericial, e conseqüentemente a competência deste juizado.

A suposta adulteração na data de emissão, com a alteração do ano de 2012 para 2013, não constitui fato relevante para o julgamento, à luz dos pontos controvertidos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Isto porque, segundo o réu, essa adulteração teria ocorrido para se garantir ao cheque força executiva, entretanto a ação aqui movida sequer é de execução, e sim ação de conhecimento, de natureza condenatória.

Não bastasse, em réplica a autora reconhece o erro material e que o empréstimo e a emissão do cheque – embora pós-datado para 18.08.2013 – deram-se em 2012.

A ação tem por causa negócio jurídico de natureza obrigacional, qual seja, o empréstimo que a autora alega ter feito, e o cheque foi apresentado, aqui, como uma prova da existência desse negócio jurídico.

Examinado o panorama probatório, reputo que a autora comprovou o empréstimo, e o réu não comprovou qualquer fato modificativo, extintivo ou impeditivo do direito da autora, como lhe incumbia, na forma do art. 373, II do Código de Processo Civil.

Um princípio de prova já está no próprio cheque, eis que incontroversa a autenticidade da assinatura: trata-se de cártula efetivamente assinada pelo réu.

Sustenta o réu que o preenchimento da cártula foi doloso, teria sido feito sem o seu conhecimento, por seu sócio – pai da autora –, que teria se apropriado da cártula, previamente assinada em branco, no local comum de trabalho.

Ora, esse fato é impeditivo do direito da autora: cabia ao réu comprová-lo, mas não o fez, e, ao contrário: o que temos nos autos é prova razoável de que efetivamente o empréstimo existiu.

Com efeito, verificamos às folhas 75/76 que no dia 24.05.2012 a autora efetivamente sacou de sua conta poupança + conta corrente um total de R\$ 4.000,00, que, somados aos R\$ 500,00 que alega já ter em dinheiro consigo, correspondem aos R\$ 4.500,00 emprestados.

O saque, com o reforço do dinheiro que a autora já tinha consigo, e a finalidade do mesmo, – emprestar a quantia ao réu – foram comprovados pelo depoimento de Geysiane Garcia Wenzel, ouvida à folha 140, que acompanhou a autora ao banco e, na sequência, à madeireira.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Não se ignora que essa testemunha equivocou-se na impressão que teve, pelo que lhe disse a autora quando retornou ao carro, vindo da madeireira, no sentido de que a autora já teria recebido, naquela mesma data, o cheque. Equivocou-se porque, segundo dito pela própria autora e mesmo pela outra testemunha, isso teria ocorrido em data posterior, data em que o cheque sequer foi entregue diretamente à autora, e sim ao seu pai.

Todavia, é bom frisar que essa testemunha frisou não ter visto o cheque, e o fato por ela relatado ocorreu há 05 anos, em 2012, assim é perfeitamente crível admitir que a testemunha se confundiu a respeito do ocorrido, e que a autora tenha lhe dito, por exemplo, que o réu iria futuramente lhe entregar um cheque em garantia.

Fato é que a divergência no depoimento é periférica e insuficiente para contaminar todo o panorama probatório, que é favorável à autora.

Prosseguindo, há nos autos, ainda, o depoimento do informante Gustavo Henrique Larocca, ouvido à folha 141, cujo teor reforça a existência em si do empréstimo, da autora ao réu.

Não bastasse, a prova cabal consiste na narrativa de Geraldo Alves de Brito, ouvido à folha 139, o qual depondo sob compromisso, disse que presenciou o momento em que o réu entregou ao pai da autora o cheque em discussão nos autos, fato que contradiz frontalmente a tese de defesa.

A discussão que se insinuou, durante a instrução, sobre se o empréstimo foi feito ao réu ou à sociedade empresária, torna-se no fundo irrelevante para este feito. É que, tendo o réu emitido um cheque no valor integral do empréstimo, cheque pessoal, não há dúvida de que, mesmo tendo o empréstimo sido realizado à sociedade – como diz a autora –, o réu obrigou-se pessoalmente (ainda que sem excluir a responsabilidade da sociedade) ao pagamento da dívida, sem prejuízo de eventual direito de regresso contra outro(s) responsável(is).

Por fim, cabe salientar que a convicção deste juízo não é formada a partir do depoimento do sócio do réu, e pai da autora, ouvido à folha 142/143, o qual mostrou-se de fato



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

tendencioso, inábil, a formar qualquer convencimento seguro.

O convencimento do magistrado, favorável à autora, emerge do restante do conjunto probatório, não infirmado pelo réu, por qualquer meio de prova.

Julgo procedente a ação para condenar o réu Ulisses Vagner Albarice a pagar à autora Jéssica Valério Moraes a quantia de R\$ 4.500,00, com atualização monetária pela Tabela do TJSP desde 12.07.2012, emissão do cheque, e juros moratórios de 1% ao mês desde a citação.

P.I.

São Carlos, 23 de junho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**